



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS

FaE
Faculdade de Educação

COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA KIJETXAWÊ ZABELÊ:
HISTÓRIA E RESISTÊNCIA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Letícia Caetano Santana

BELO HORIZONTE

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS

FaE
Faculdade de Educação

COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA KIJETXAWÊ ZABELÊ:
HISTÓRIA E RESISTÊNCIA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Letícia Caetano Santana

Percurso Acadêmico apresentado ao Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FIEI/FAE/UFMG) como requisito parcial para Obtenção do grau de licenciado em 'Línguas, Artes e Literatura'.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria R. Gomes

BELO HORIZONTE – MG

2020

*Dedico este percurso acadêmico aos
anciões em memória que
revitalizaram a cultura da vila de
Cumuruxatiba e deixaram seus
legados: Dona Zabelê, Manoel
Fragoso, João Neves, Dona
Bernarda e Dona Burú.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Agradeço a todos os professores da FORMAÇÃO INTERCULTURAL PARA EDUCADORES INDÍGENAS (FIEI) e em especial os professores e bolsistas da minha turma LÍNGUAS, ARTES e LITERATURA (LAL), por toda a luz que esse curso reflete através desses docentes que se tornaram uma grande família.

A mãe e coordenadora desta turma Dr.^a Maria Gorete Neto, meu muito obrigada por ser muito além do que se vê, pela força que me deu em todos os momentos, direta e indiretamente.

Agradeço a minha orientadora Dr.^a Ana Maria Rabelo Gomes que me conduziu de forma branda em minha pesquisa, me dando confiança e incentivo sempre.

Aos meus amigos Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe e Xakriabá pela troca de conhecimentos e companheirismo, aqueles que se tornaram parte da minha história, comadres e amigos que levarei para toda a vida.

Aos meus pais Antônio Marcos Caetano dos Santos e Erlane Santos Santana pelo apoio em todos os âmbitos que sempre me deram durante toda a minha vida. Eu amo vocês. Ao meu amigo, companheiro e esposo Herberly Hermano por sempre estar comigo.

A minha irmã e amiga Viviane Santana dos Santos pelo apoio emocional, pelas palavras de conforto e confiança, toda sua atenção fez diferença no meu percurso até aqui. E ao meu irmão Gerle Caetano dos Santos pela amizade e ajuda de sempre.

Á todos os entrevistados: Perisvaldo, Alex Pereira, Welington, Rita, Maria Cacica, Bruna Silva, Thaiane e todos os outros que contribuíram para a construção desse trabalho direta ou indiretamente. Enfim ao meu povo Pataxó que me orgulho muito, em especial a aldeia Tibá da qual sou membro e a toda família Ferreira. A aldeia Alegria Nova que abriu as portas para minha caminhada, a aldeia Monte Dourado que acolheu a mim e minha família e todas as outras comunidades da TI Comexatibá, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O Território Indígena Comexatibá ainda se encontra em processo de demarcação e vem enfrentando vários conflitos desde a primeira retomada em 1999. Desde então nossas lideranças vieram articulando estratégias de luta e defesa dos nossos direitos. Uma delas foi o direito à educação em 2005, quando se fundou o Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê, tema desta pesquisa. O objetivo deste trabalho foi percorrer os caminhos trilhados para criação do Colégio em diálogo com toda a história da Terra Indígena Comexatibá. Buscamos compreender como o movimento indígena e o corpo escolar tiveram e têm grande importância no processo de reconhecimento e permanência no território indígena. Este trabalho teve como metodologia para seu desenvolvimento a pesquisa autoetnográfica, o estudo de campo nos atuais anexos de escolas e a convivência com os atores que fazem parte da pesquisa. Foi feita uma análise qualitativa a partir da observação participante, entrevistas e análise de documentos. Como síntese do trabalho, foi elaborada uma linha do tempo em que são apresentadas as datas dos acontecimentos, desde a criação do colégio e sua relação com o território até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: TI Comexatibá. Educação indígena. Zabelê. Pataxó.

LISTA DE SIGLAS

APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PND	Parque Nacional do Descobrimento
PNE	Plano Nacional de Educação
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
SEC	Secretaria de educação
TI	Terra Indígena
UNEB	Universidade Estadual da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto: Presidente do ICMBio de camisa branca (...) pag. 16
Figura 2: Mapa PND e TI Comexatibápag. 17
Figura 3: Cacique José Fragoso (...)	pag.23
Figura 4: Oca de cultura da Zabelê.	pag.27
Figura 5: Primeira sala de aula construída (...)	pag.28
Figura 6: Alunos da aldeia Tibá em apresentação cultural (...)	pag.29
Figura 7: Professor indígena Alex (...)	pag.30
Figura 8: Professora Karina Bernardo (...)	pag.31
Figura 9: Alunos em nova sala construída.	pag.32
Figura 10: Cacica Maria, aldeia dois irmãos.	pag.33
Figura 11: Estudantes e professores em confraternização (...)	pag.34
Figura 12: Professora Bruna (...)	pag.36
Figura 13: Professora Bruna fazendo tinta de jenipapo (...)	pag.36
Figura 14: Professora e artesã Rita de Oliveira	pag.37
Figura 15: Estudante e bisneta de Zabelê (...)	pag.38
Figura 16: sala de aula aldeia Renascer.	pag.40
Figura 17: Galpão escolar aldeia Renascer.	pag. 40
Figura 18: Membros institucionais em apresentação cultural	pag.42
Figura 19: Cronologia Kijetxawê Zabelê Fonte: autoral	pag.45
Figura 20: Estudantes em apresentação cultural (...)	pag. 48
Figura 21: Grupo de cantoras jovens do ensino médio (...)	pag. 48
Figura 22: Mesa de artesanato feita por estudantes (...)	pag. 49
Figura 23: Passeata sobre a dengue com estudantes (...)	pag. 49
Figura 24: Estudantes do anexo Kaí em aula de campo (...)	pag. 50
Figura 25: Estudantes em plantio no anexo Dois Irmãos.	pag. 50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Terra Indígena Comexatibá	12
2. Políticas Públicas Nacionais e Regionais de Educação Indígena	18
3. História e Atualidade Kijetxawê Zabelê	21
3.2. Anexo Aldeia Monte Dourado	30
3.3. Anexo Aldeia Dois Irmãos	34
3.4. Anexo Aldeia Alegria Nova	36
3.5. Anexo Aldeia Kaí	38
3.6. Anexo Aldeia Renascer	40
CONCLUSÃO	45
ANEXO I: CRONOLOGIA KIJETXAWÊ ZABELÊ	46
ANEXO II: MÚSICA PATAXÓ	48
ANEXO III: FOTOS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DA KIJETXAWÊ ZABELÊ	49
REFERÊNCIAS / FONTES	52

INTRODUÇÃO

Eu me chamo Letícia Caetano Santana, pertencço a etnia Pataxó e sou membro da Aldeia Tibá – TI Comexatibá em Cumuruxatiba município de Prado-BA. Nasci em Belo Horizonte – MG no dia vinte de maio de 1996, filha de Erlane Santos Santana e Antônio Marcos Caetano dos Santos. Tenho dois irmãos: Viviane Santana dos Santos e Gerle Caetano dos Santos. Meu pai nativo de Prado/BA cresceu dentro do território (TI COMEXATIBÁ), conheceu minha mãe quando ela foi professora numa fazenda em que ele trabalhava, desde então foram tentar a sorte na capital já que minha mãe estava grávida e as condições não eram muito boas. Vendo que a situação não estava melhorando resolveram voltar pra Bahia. Vivi a maior parte da minha infância em Itamaraju, e o restante dela em Cumuruxatiba. Não fazia ideia que pertencia ao povo pataxó, por mais que já tivesse contato com os meus familiares indígenas, não se ouvia falar muito em ser indígena. Assim, percebo que o mais próximo que tive de uma educação indígena foi na vila de Cumuruxatiba, e foi a melhor fase da minha infância, onde nossa situação foi melhorando, e aos poucos fui me reconhecendo e sabendo um pouco mais da minha origem.

Como já mencionei, sou filha de um indígena com uma não indígena. Antes isso não fazia muito diferença para mim, pois não tinha noção disso. Minha mãe é filha adotiva, e só conheceu sua mãe biológica aos trinta e cinco anos, seus pais adotivos são negros, minha bisavó foi mãe de Santo, e minha avó também era muito devota. Então cresci sempre com várias culturas, desde a ocidental, negra e indígena... isso contribuiu muito na minha formação pessoal e acadêmica. Meu pai é filho de indígenas, tanto o meu avô quanto minha avó são pataxó, a família do meu pai é conhecida por “machado” por terem esse sobrenome, mas meu pai conta que é também porque muito antigamente eles trabalhavam com machadinhas e eram bons em serviço... Nossa família hoje se mistura nos sobrenomes (Caetano, Pires, Guedes, Neves, entre outros) e é essa a diferença que antigamente eu não fazia ideia, hoje faz parte da minha identidade e carrego esses nomes por onde eu for.

Depois que me formei tive a oportunidade de ir para aldeia, em 2015 fui morar na Aldeia Alegria Nova pois tinha alguns parentes lá, comecei a dar aula na comunidade onde permaneci por um ano, durante este tempo me redescobri e desde então passei a fazer parte da luta, conheci a educação escolar indígena praticando e percebo que aprendo a cada dia. Foi uma nova experiência de vida, quase cinco anos reavivando uma ancestralidade que vem do sangue, sei que não é nem metade do que meus parentes passaram, e percebo que toda minha trajetória tanto na escola quanto fora dela contribuiu na formação da minha identidade pataxó.

Comecei ter muita curiosidade em relação a educação indígena, pois percebi que era muito precária em relação a infraestrutura e o acompanhamento governamental. Dei aula em uma cozinha comunitária, pois este era o único lugar na comunidade que tinha energia fornecida por uma placa solar, também em situação precária, pois quando chovia a bateria não aguentava nem dois dias e ficávamos sem aula nos períodos chuvosos. E até hoje essa comunidade enfrenta a mesma situação, assim como várias outras aldeias do território que dependem de energia, de água, de infraestrutura e de materiais, dentre outras demandas que são primordiais para uma educação de qualidade. Atualmente sou docente na comunidade em que resido, e a luta vem sendo constante, nossa escola é em área de retomada, nosso território ainda não é demarcado, e temos que usar estratégias para que não venhamos a retroceder. A escola tem um papel fundamental na relação com a comunidade e com cada membro da aldeia, e isso mostra como ela se torna uma ferramenta de luta que podemos usar sempre ao nosso favor, desta forma irei relatar os caminhos trilhados do Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê até os dias atuais, com registros de pessoas que marcaram essa trajetória, as lutas, as vitórias, as dificuldades e os avanços, e de como lidamos com essas situações e não menos importante, como a nossa escola vem reavivando a nossa cultura e todos os mecanismos que utilizamos para que essa história não venha ser apagada, a importância dos jovens que saem das comunidades para enfrentar o mundo dos *indxihí*, tomando para si o poder da voz de contarmos a nossa história, e depois de tanto tempo silenciados, gritar para os parentes e não parentes que resistimos, que a língua portuguesa (colonizadora) que tanto nos feriu fazendo com o que a nossa língua mãe fosse

adormecida, hoje usamos a nosso favor, a educação de qualquer forma é revolucionária, e a educação indígena além de revolucionária ela é resistente, porque o povo pataxó é resistente! Portanto vejamos a suma importância desse percurso para todo o povo Pataxó, a educação escolar indígena e especialmente na luta da TI Comexatibá.

1. Terra Indígena Comexatibá

A Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi) se localiza no município de Prado estado Bahia tendo aproximadamente 28.077,3010 hectares. Ainda se encontra em processo de demarcação tendo seu estudo de delimitação já publicado pela FUNAI.

Conforme o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação – RCID da Terra Indígena Comexatibá, Cumuruxatiba - Município de Prado (BA) permanece na memória dos anciões indígenas e moradores não indígenas como a vila dos índios, assim como os Botucudos, Mongoyó, Maxacali, Cumanaxó, Cutaxó, Baenã e outros, especificamente os Pataxó mencionados por Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied, como “os selvagens mais desconfiados e reservados da região” (RCID Terra indígena Comexatibá (Cahy/Pequi), p. 27 e 28). Eles viveram no passado como indígenas isolados, sobretudo originários do Tupi do tronco linguístico Macro-Jê que se deslocaram do sul do país e alcançaram o leste e nordeste, espalhando-se dentre as matas atlânticas tendo como forma de sobrevivência a caça, a pesca e o plantio, por vezes seminômades contribuindo automaticamente a não degradação destas.

O território pataxó era localizado na serra da mata do sul da Bahia e no Espírito Santo onde viviam independentes. Com a expansão agrícola na floresta atlântica nos meados do século XVIII, aumentou o interesse pelas terras entre os rios Jequitinhonha e Doce para o cultivo do algodão, do fumo e das primeiras plantações de café por agricultores que caminharam em direção aos povos indígenas que já viviam nessa região, o que deu início a uma série de conflitos, implicando na formação de aldeias de forma imposta aos grupos étnicos tendo como objetivo a colonização e catequização destes. Um exemplo da formação imposta de aldeia foram as ocupações dos Pataxó Hãhãhãe na Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu próxima a Ilhéus, e dos Pataxó em Barra Velha, próxima a Porto Seguro.

O Cacique José Fragoso relata que depois que sua família fugiu do fogo de 51 e foram para Cumuruxatiba só existiam nativos, e que a geração antes dele contava que antes de 1940 em Cumuruxatiba só existiam indígenas, depois

outras famílias como a: Nobre, Rodrigues, Souza, Rosa e Batista, muitas das quais permanecem aqui, mesmo depois de tantas gerações. A vila consistia em casas de madeira e taipa, sendo que além da caça e pesca, se fazia a exploração de areia monazítica que para o povo pataxó de Comexatibá foi um grande marco, no qual foi implantada a fazenda Caledônia que iniciou através da mão de obra escrava a exportação de madeira e exploração dessa areia.

Por causa desses episódios no decorrer do século XX os registros dos povos indígenas desta região começaram a ficar escassos, os mais velhos dizem que nesta época não se ouvia falar em ser indígena, um exemplo dessa demanda é o grupo Atxohã formado em 1998 por professores indígenas que preocupados com o silenciamento da cultura e da língua pataxó começaram a revitalizar a língua patxohã.

A criação do Parque Nacional Monte Pascoal dispersou os indígenas do extremo sul da Bahia indo em encontro aos “parentes” da vila de Cumuruxatiba que viviam nesta época entre não-índios confundindo-se entre estes perdendo assim a sua identidade étnica, que pelos mesmos motivos de violência e discriminação se silenciaram passando a se reconhecer como “caboclos”. Estes tinham como meio de sobrevivência a mariscagem, a pesca, a roças, atuando também no comércio, como mão de obra em pousadas e fazendas.

Outro grande fator para essa dispersão foi o “fogo de 51” que é um marco histórico na triste realidade do povo Pataxó, este massacre ocorreu no ano de 1951 na aldeia Barra Velha fazendo com que o povo Pataxó fugisse desse território e se abrigasse com os índios de Cumuruxatiba e arredores. A matriarca Zabelê em memória, nativa de Barra Velha foi uma das sobreviventes deste Fogo de 51, ela juntamente com seu esposo Manoel Fragoso e seus filhos fugiram, depois de sofrerem muita violência nesta época, se instalaram em outras vilas ao redor até chegarem na vila de Cumuruxatiba, permanecendo até o fim de suas vidas, mesmo depois das vitórias e conquistas no território Barra Velha o casal não quis voltar, o que eles passaram lá esteve sempre vivo em suas memórias, era até difícil para eles se expressassem sobre isso.

A partir de 1960 a facilitação de acesso à vila com a construção da BR-101, a chegada de novas fazendas, madeireiros e estrangeiros se intensificaram.

Outro marco violentador para o povo indígena desse território foi a FLONIBRA EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S/A (Florestas Nipônico- Brasileiras) que é o resultado de um acordo da Companhia Vale do Rio Doce com as 15 maiores empresas japonesas produtoras de celulose e posteriormente a BRALANDA (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria). Estas empresas chegaram com uma visão colonizadora e capitalista, enganaram todos os indígenas através de falsos documentos garantindo a terra e pequenos lotes, mas não garantindo a qualidade de vida que os indígenas tinham antes. Quando os documentos eram contestados pelos indígenas ocorriam queimadas nas roças e casas, prisões, espancamentos e assassinatos. As empresas contavam com colaboradores violentos (como agentes policiais) e com a conivência de autoridades locais para a realização de atrocidades. Depois de esgotarem os recursos, como as madeiras nobres das florestas da região, venderam as mesmas terras, agora degradadas pela exploração madeireira, ao Estado, por meio do IBAMA. Zabelê relata como foi essa época:

Os índios não tinham letramento naquele tempo e nem sabiam dos direitos deles. Se o branco chegava com papel e dizia que era dono, nós acreditava e saía, quem não saía e remediava, levava bala e saía do mesmo jeito. Ah, e tinha muita terra livre, porque tudo aqui era de índio, então era só escolher outro lugar e fazer a roça. Mas depois de um tempo as terras foi se acabando porque chegou muito branco e foi construindo pousadas e fazendas, e os índios ficaram aqui espremido. (entrevista com Zabelê – um mês antes de falecer. Fonte: Relatório FUNAI, 2012)

Os vários conflitos resultaram na criação do PND (Parque Nacional do Descobrimento) em 1999 para tentar recuperar e preservar o estrago feito pelos madeireiros na floresta atlântica. Sendo assim os indígenas ficaram cercados, de um lado não podiam mais fazer suas atividades nesses lugares delimitados como Parque, e de outro tinham os fazendeiros e pistoleiros que se apossaram das terras. Esse momento de crise fez o povo Pataxó perceber o quanto foram explorados e injustiçados no seu próprio território, juntaram-se então com os Pataxó que ficavam entorno do Parque Nacional Monte Pascoal e organizaram a “Frente de Resistência e Luta Pataxó” neste mesmo ano em que foi liderada pelo Cacique de meio da mata TI Barra velha, Joel Braz, reivindicaram o reconhecimento da ocupação tradicional do povo nestes territórios.

Enquanto outros territórios já estavam sendo demarcados como por exemplo a TI Barra Velha e em 1997 com a demarcação de Coroa Vermelha, o

Sul da Bahia estava praticamente retomado pela revitalização da cultura e reafirmação do povo indígena. Em Cumuruxatiba essa revitalização só veio chegar em 1999 mais precisamente em 2000 quando o movimento de aldeamento se tornou uma estratégia política no movimento indígena. Com a “comemoração dos 500 anos do descobrimento” foi dado um ponta pé na questão da visibilidade indígena na região de Prado-BA. Pois mesmo os que já viviam ali mantiveram suas identidades reprimidas pelo medo, muitos negavam sua origem e viviam ali apenas como pescadores, nativos...

Nesta época começou então uma luta de retomada das terras, no qual se aliaram várias organizações indígenas, como APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) que deu visibilidade trabalhando a conscientização etnocultural. Os movimentos do povo Pataxó começaram a ganhar força com a retomada da língua Patxôhã.

A matriarca Zabelê mesmo com tanto sofrimento passado ainda lembrava a sua língua materna e passou no seu dia a dia para seus filhos e parentes desta comunidade, assim como repassou á outras lideranças que fizeram parte no início da revitalização do território e até hoje se mantêm na luta como os anciões: Jovita, Timborana, José Fragoso, Baiara, Zé Chico, Maria D’ajuda cacica, Maria Neves, Dona Romilda, Seu Jonga, Maria de Zé Guedes dentre outros que aprenderam a lutar com Zabelê.

O letramento do povo surgiu pela necessidade da luta do território: a busca pela educação, por escolas para inserir as crianças indígenas são fatores de retomada de um povo que viveu muito tempo silenciado e violentado sem saber dos seus direitos.

Atualmente o território tem nove aldeias são elas: Tibá, Kaí, Pequi, Gurita, Alegria Nova, Monte Dourado, Dois Irmãos, Mukugê e Tawá, as seis primeiras ficam em sobreposição com o Parque Nacional do Descobrimento (PND). Desde as primeiras ocupações em 2003 houveram muitos anos de conflitos com várias retiradas violentas, em 2015 a Funai publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da TI Comexatibá, com cerca de 28 mil hectares, sendo 4.500 sobrepostos ao PND (20% da área do Parque e cerca de 15% da área da TI).

Em 2017 ocorreu um fato importante e que mudaria todo o cenário do território, haviam ações de reintegração de posse do ICMBio contra os indígenas (atualmente suspensas). Em março de 2017, os Pataxó ocuparam a base local do ICMBio no PND, como forma de pressionar o Estado por uma solução para o reconhecimento dos seus direitos territoriais. Um outro grupo de lideranças Pataxó estiveram em Brasília e foram ao Ministério do Meio Ambiente, onde foram recebidos pelo ministro que determinou que se buscasse uma solução dialogada para a questão.

Após quase três meses de ocupação, em 31 de maio de 2017, na sede do Ministério Público Federal em Teixeira de Freitas (BA), o presidente do ICMBio e lideranças Pataxó assinaram um acordo que previa a desocupação da base do PND e o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Interinstitucional com o objetivo de elaborar um Termo de Compromisso (TC).



*Figura 1: Foto: Presidente do ICMBio de camisa branca com indígenas e representantes da FUNAI e MPF na OAB de Teixeira de Freitas- BA.
Fonte: Clarisse Tavares/FUNAI*

O termo foi elaborado com a participação de 12 membros indígenas e 12 representantes institucionais da FUNAI e ICMBio e assinado no dia 02 de abril de 2018.

Os conflitos minimizaram fazendo com que as novas gestões e o protagonismo indígena comesçassem fazer parte da mesma luta Pataxó. O atual

chefe do Parque (Rafael Rossato) atua em conjunto com as comunidades indígenas, trazendo mais segurança e conforto para o povo que vive nessas áreas sobrepostas, por outro lado as áreas que não estão nesses limites ainda sofrem ataques.

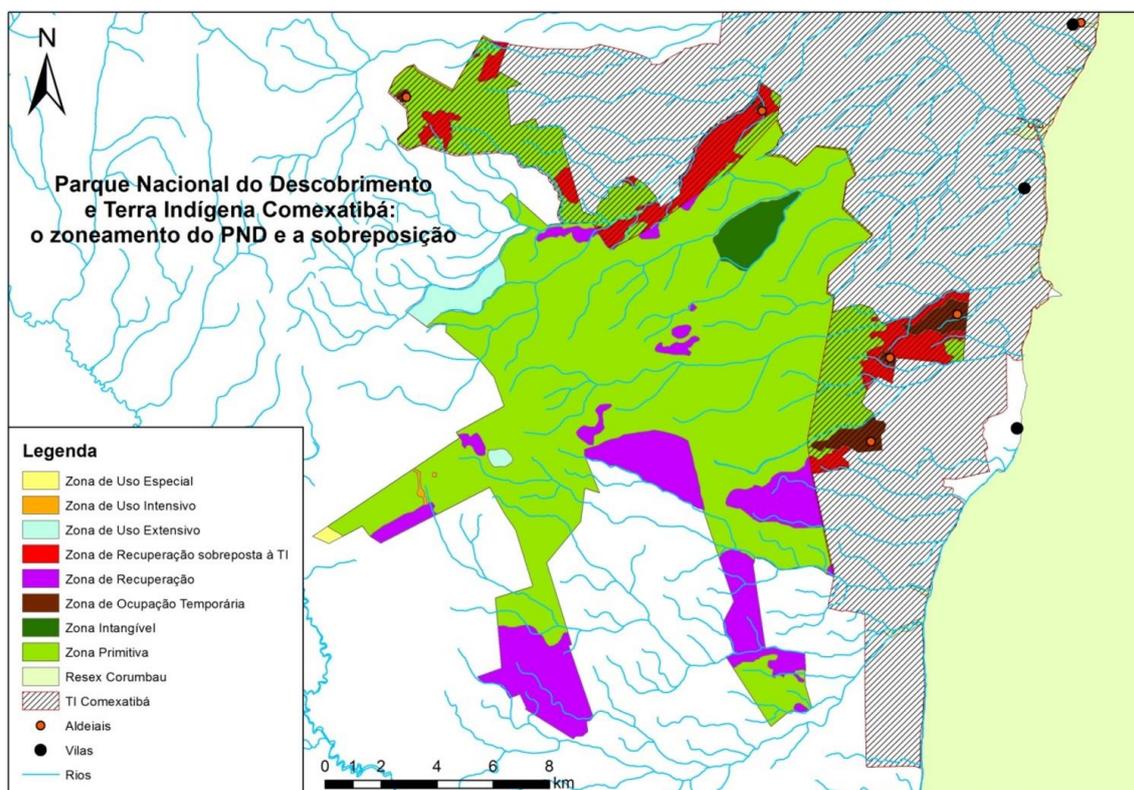


Figura 2: Mapa PND e TI Comexatibá Fonte: Arquivo ICMBio - PND Prado/Ba.

Sendo assim as comunidades permanecem resistentes, com a educação escolar indígena sendo uma grande arma na permanência deste e servindo para formação de jovens indígenas protagonistas da própria história.

O próximo capítulo visa descrever as estratégias de luta, agora, com o povo Pataxó atuando como pesquisadores dos seus direitos, consultando a Constituição de 1988 entre outros documentos que garantem a permanência no território sagrado e a educação escolar diferenciada.

2. Políticas Públicas Nacionais e Regionais de Educação Indígena

Por muito tempo os indígenas passaram por uma homogeneização cultural que de forma violenta e imposta destruiu uma grande parte desta população. Sabe-se que a escola no período colonial foi instrumento para dizimação de mais de 800 línguas indígenas na tentativa de monopolizar e por fim colonizar.

Na década de 70 inicia-se uma nova história na educação escolar indígena, com as pesquisas interdisciplinares, sobretudo a partir da constituição federal de 1988 que visa a busca de estruturação de políticas públicas se tornou uma estratégia de luta para diversos povos minoritários. Segundo Aracy Lopes da Silva a ideia de escola mudou, vejamos:

A ideia de que a escola poderia ser um instrumento favorável a autonomia indígena - e não uma constituição colonizadora - ganhou força no Brasil desde os primeiros momentos de constituição de um movimento social indígena organizado, nos primeiros anos da década de 1970 (SILVA, 2001, 101).

O decreto de nº26/91 passa a coordenação e a responsabilidade das escolas indígenas da FUNAI para o MEC, a partir daí começaram de ser desenvolvidas diretrizes específicas com a ajuda dos próprios indígenas e órgãos governamentais, como por exemplo o documento “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena” de 1993 que orienta e dá autonomia aos professores indígenas.

Outro documento importante para o reconhecimento da educação intercultural e bilíngue é a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Em seu artigo 78 tem como objetivos:

- I- Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II- Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Assim, os indígenas começaram a ter participação na construção dos currículos, dos materiais didáticos específicos e da formação de professores. O

direito à educação bilíngue assegurando o uso da língua materna já é mencionado no artigo 210 da Constituição de 88. A lei nº 9.394/96 propõe no artigo nº 31, § 3º que a educação escolar para os povos indígenas, no ensino fundamental, seja ministrada em língua portuguesa, mas que será assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Outra conquista foi o RCNEI – Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas – de 1998, que reuniu uma equipe composta por especialistas, técnicos e professores indígenas que trouxeram orientações pedagógicas e sugestões de conteúdos e metodologias para uma educação indígena específica e diferenciada.

Entende-se que a política nacional para educação escolar indígena teve inúmeros avanços após a Constituição de 1988, assim como os documentos já citados. Temos o PNE – Plano Nacional de Educação – de 2001 que assegura a autonomia das escolas indígenas e garante a formação inicial e continuada dos professores indígenas, assim como outras resoluções, uma delas citadas pelo professor Perisvaldo que relata o começo da luta na formação da escola na Terra Indígena Comexatibá:

Os poucos professores formados tinham dificuldades pelo quantitativo de alunos em diferentes séries agrupados na mesma sala, esses mesmos buscou se juntar com a aldeia tibá que já era assistida pelo estado e abrir uma portaria juntando os anexos no qual se formou a Kijetxawe Zabelê que foi organizado documentos e projetos para criação deste, a finalidade era a facilitação da contratação de novos professores reconhecido através do decreto federal nº 6861/2009 e a resolução nº 5 que reconhece os saberes tradicionais, sendo assim os professores de cultura podiam ser contratados e possivelmente a contratação de outros professores. (Perisvaldo Rodrigues Azevedo, professor indígena nov/2019. Fonte: entrevista realizada pela autora)

Em Cumuruxatiba, o conhecimento dos direitos se deu em um processo lento, um dos motivos foi a invisibilidade da cultura indígena na região como forma de resguardo da própria vida. Através dos movimentos de retomada do território, a importância do dito letramento como forma de estratégia para conhecer os direitos e reivindicá-los aumentou precisamente somente em 2000. De forma que os Pataxó encararam o Estado, usando a constituição de 1988 como referência, pois esses direitos eram assegurados por ela.

Mesmo com tantos documentos e direitos, o povo pataxó de Cumuruxatiba sofreu muito. A falta do letramento fez com que as lideranças buscassem parcerias não indígenas para elaboração de documentos, entre outras estratégias que visavam se valer do poder da escrita.

A educação remete a ideia de escolarização, mas para o povo pataxó a educação está ligada aos ensinamentos ancestrais e culturais, separando então em duas: educação indígena considerando os aspectos do corpo físico e suas etapas de vida; da relação com a natureza, com o meio ambiente e com as pessoas; do respeito e reverência ao sagrado; dos costumes para o provimento e uso dos alimentos; das formas de utilização das plantas e ervas medicinais do seu território, dentre outros, que são repassados de geração em geração. E a educação escolar indígena que cabe à unidade escolar formal, e obedece a uma base nacional comum no desenvolvimento dos seus conteúdos, mas que também deve considerar a dinâmica que dizem respeito às formas de assegurar a cultura e a complexidade do povo com um currículo específico e diferenciado.

Na Bahia a educação escolar indígena sempre ocorreu de uma forma autônoma, além de contar com a precariedade das escolas, que são criadas nas maiorias das vezes por iniciativa da comunidade para atender demandas emergenciais. Outras vezes em situação de retomadas de terras no qual é necessário que os estudantes permaneçam ativos, há uma deslocação de todo o corpo escolar para dentro dos movimentos que por inúmeras vezes iniciam um processo de reconquista.

O Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê é um exemplo no que se refere a luta por uma educação escolar indígena na Bahia, mesmo com muitas dificuldades as comunidades resistem aos processos burocráticos para melhoria dos anexos, e a própria comunidade vai fazendo esses ajustes como verão a seguir.

3. História e Atualidade Kijetxawê Zabelê

Este capítulo é o levantamento da minha pesquisa autoetnográfica, que no decorrer da minha caminhada na educação escolar indígena eu já tinha um olhar de pesquisadora e vinha anotando informações dos encontros e reuniões comunitárias que participei e participo, contará também com relatos de lideranças e nossas vivências.

O modo de viver Pataxó tem suas particularidades, as crianças indígenas têm uma base cultural desde os primeiros anos de vida que ocorrem nos quintais, nas contações de história em volta da fogueira, entre outros, que fazem parte do cotidiano do povo, consideramos o termo educação indígena para tais práticas culturais. O fortalecimento da cultura e a revitalização do Patxôhã teve início em 1998 e deu um novo rumo na educação escolar indígena, considerando também a Constituição de 1988 que garante aos povos tradicionais o direito de viver mantendo sua identidade cultural, assim como nos artigos 210 e 215 que garantem o ensino bilíngue e a proteção das manifestações culturais indígenas.

A educação escolar indígena ganhou forças na Terra Indígena Comexatibá através das manifestações e práticas culturais nas próprias comunidades, o direito a educação veio por meio de muitas lutas. Até 2004 as crianças indígenas estudavam na escola municipal em Cumuruxatiba no qual o ambiente era muito preconceituoso, repetindo processos de escolarização colonizadora que partia do pressuposto de que os povos indígenas não tinham autonomia e eram primitivos e incapazes. Se as crianças fossem pintadas de jenipapo, tinham que se lavar para entrar na escola, ou eram até impedidos de estudar. Os pais não aceitando esse tipo de tratamento eram obrigados a tirar os filhos da escola deixando-os sem estudar. Esses casos fizeram com que o povo Pataxó de Cumuruxatiba quisesse ter sua própria escola.

O cacique José Fragoso, filho de Luciana Zabelê, relata a coragem de sua mãe e o seu desejo de ter uma escola para seus filhos, netos, bisnetos e parentes. Em busca de várias parcerias, uma instituição aliada resolveu atender ao pedido da anciã. A Universidade Estadual da Bahia, tendo o Reitor professor Lourivaldo Valentim da Silva (em memória), fez uma visita na Aldeia Tibá onde

residia Zabelê, atendendo ao seu pedido de construir uma sala de aula e uma oca de cultura. O sonho de Zabelê era que essa oca fosse dentro da mata pois era onde ela gostaria de morar, mas devido às leis ambientais não pôde ser atendida. Ainda sim houve conflitos com a justiça, pois a área do projeto era de sobreposição com o PND, o cacique José Fragoso foi parar na delegacia de Porto Seguro, juntamente com uma professora indigenista da UNEB, Geovanda, o Reitor e um professor indígena Osmar, tendo que prestar depoimentos para não serem acusados.

Este foi um dos primeiros desafios a ser enfrentado, a Aldeia Indígena Tibá foi a primeira a ter um prédio físico escolar que consiste em uma sala apenas, mas que foi pioneira para uma futura conquista.

Através da educação abriram-se as portas, pois devido o preconceito com as crianças das comunidades, os Pataxó resolveram criar a escola indígena diferenciada. A dificuldade era que não haviam professores indígenas formados para atuar. Um dos primeiros professores relata a luta que tiveram com os demais colegas que foram professores na época:

Na época eu Perivaldo Rodrigues Azevedo formado em magistério da escola convencional, na época tinha Osmar também que era pela aldeia Kaí, eu, aldeia pequi e tinha Agnaldo pela aldeia alegria nova e Lorenzete da Aldeia tibá. Então esses foram os primeiros professores a dar início a educação escolar indígena aqui na região de Cumuruxatiba e tivemos muitas dificuldades por falta às vezes de experiência em lecionar(...) (Perivaldo Rodrigues Azevedo, professor indígena nov/2019. Fonte: entrevista realizada pela autora)

Em 2004 já existiam 4 aldeias que se organizaram e foram atrás da educação, buscando autonomia e liberdade do modo de viver, ainda neste ano começou o processo das escolas indígenas que coletivamente com a comunidade escolheram pessoas já tinham o ensino médio para serem professores. As aulas eram realizadas no terreiro, embaixo de pé de mato e cabanas cobertas por palhas, quando chovia molhava tudo, as turmas multisseriadas de 1ª a 4ª funcionavam durante o dia e a alfabetização de jovens e adultos ocorria a noite. De forma provisória e não regular por conta do processo de regularização do território e a oficialização das escolas pela Secretaria Estadual de Educação (SEC), a educação escolar indígena foi unindo forças e estratégias de luta através da escola autônoma construída pelo povo Pataxó.

A Aldeia Tibá foi a primeira a ser assistida pelo estado da Bahia, as outras comunidades funcionavam como centros comunitários assistidos pelo município de Prado, sendo Aldeia Pequi – centro comunitário 1, Aldeia Kaí – centro comunitário 2 e Aldeia Alegria Nova – centro comunitário 3.

Assim se iniciou uma grande conquista para o povo Pataxó de Comexatibá. Em 2005 as secretarias já assistiam as escolas indígenas das aldeias.

População estudantil das aldeias (2005)

Escolas / Local	Alunos Matriculados no EJA	Alunos matriculados 1ª à 4ª série	Professor	Órgão Responsável
Aldeia Cahí	11	13	Osmar R. Azevedo	Secretaria Municipal de Educação do Prado
Aldeia Pequi	18	20	Perivaldo R. Azevedo	Secretaria Municipal de Educação do Prado
Aldeia Alegria Nova	11	11	Agnaldo C. de Jesus	Secretaria Municipal de Educação do Prado
Aldeia Tibá	10	13	Laurizete R. Chaves Denilda S. Nascimento	SEC/BA – Direc 9

Fonte: VERONEZ, Helânia Thomazine Porto. As escolas indígenas das aldeias de Cumuruxatiba (BA) e a reconstrução da identidade cultural Pataxó. 2006. P. 133).

A maioria das comunidades eram assistidas pela secretaria municipal pois no primeiro momento os professores buscaram a primeira instância. Essas aldeias funcionaram durante três anos sendo assistidas pelo município de Prado. Após esses anos, como estratégia de luta, resolveram buscar apoio do Estado pois a Aldeia Tibá já era por ele assistida. A busca por essa assistência se deu

pela falta de contratação de novos professores, pois muitos professores trabalhavam voluntariamente. Outro fator foi a grande quantidade de alunos em turmas multisseriadas.

Os poucos professores formados tinham dificuldades pelo quantitativo de alunos em diferentes séries agrupados na mesma sala. Esses mesmos buscaram se juntar com a Aldeia Tibá que já era assistida pelo Estado, reunindo-se com os lideranças e anciões como a Luciana (Dona Zabelê), seu filho Zé Fragoso, Baiara, Sadraque, Zé Chico se articularam e fizeram um documento com o projeto da Kijetxawe Zabelê que era destinado à Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Nesse documento foi feita uma apresentação da importância da criação da escola, e nele deu-se a homenagem à matriarca Zabelê, tendo aí já uma primeira dificuldade pois ela não poderia ser homenageada no nome da escola por conta de estar viva. A indicação da homenageada foi pela sua resistência na luta Pataxó, pois, mesmo depois de tanto sofrimento ela reavivou a cultura indígena em Cumuruxatiba. Através dos argumentos, foi-se construindo parceiros institucionais como a própria Uneb, através da professora indigenista Geovanda, que deu suporte técnico, orientações junto com os professores indígenas. Ela fez parte da criação dos atuais colégios do território que são o do Colégio Kijetxawê Zabelê e a Escola Tanara.

Outros caminhos trilhados para essa união das unidades escolares que funcionavam como anexos foi a participação no fórum de educação no qual esses professores protagonistas levaram documentos pedindo a sua própria formação para possível contratação. Através dessa luta, se deu a criação do magistério indígena e a formação continuada de professores indígenas conseguindo então as desejadas contratações. Esse curso contemplou os professores que na época não tinham o ensino médio completo e facilitou a contratação destes pois adquiriram conhecimento em lecionar.

Eu entrei na educação escolar indígena em 2015, e nesta época o Colégio Zabelê ainda era uma Escola pois não tínhamos ensino médio. No ano de 2017 a escola foi contemplada com o seguimento do ensino médio, passando a se tornar Colégio. Essa foi uma conquista após quase 10 anos da portaria de Nº. 1181 Código 29445213, em 25 de fevereiro de 2006. Ainda que garantida pela constituição federal esse direito só foi atendido após muitas reivindicações e luta

do Povo Pataxó frente ao Estado pela Educação Escolar Indígena, intercultural, diferenciada e específica.

Hoje o Colégio pertence ao NRE 07 (Núcleo Regional de Educação), Teixeira de Freitas –BA, sob a Coordenação regional da Pataxó Letícia Ferreira Carvalho Santos, neta de Zabelê. Os anexos se tornaram independentes por conta das demandas específicas de cada um, sendo assim, ficou Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê Portaria nº. 1181, Código 78223 com os anexos aldeias: Renascer 1179611, Dois Irmãos 1179612, Tibá 1179613, Kaí 1179614, Alegria Nova 16179615 e Monte Dourado 1179616.

Isso facilitou o levantamento das necessidades de cada aldeia como escola, mantendo um só colégio com várias realidades diferentes. Oferecendo turmas de Educação Infantil, ensino fundamental I e II, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atingindo um total de aproximadamente 400 alunos (as).

Os próximos pontos evidenciam por anexo as realidades e especificidades de cada um, trazendo relatos e memórias dos membros, estudantes, professores e lideranças das respectivas comunidades.

3.1. Anexo Aldeia Tibá



*Figura 3: Cacique José Fragoso em nascente dentro da aldeia tibá.
Fonte: Arquivo autoral*

*Aonde estamos, para onde vamos?
Nesse mundo tão cheio de ilusão.
Olho para o leste, vejo o mar com sua cor de anil.
Olho para o oeste vejo o verde com sua pequena floresta.
E o malvado bicho homem, com toda sua sabedoria, todo nosso ouro levou.
O que será de nossas crianças?
Sem nossas matas, nossos rios, sem nossa saúde e sem nossa educação?
(Poema de autoria do Cacique José Fragoso)*

A aldeia Tibá faz parte da minha pesquisa autoetnográfica, há três anos como professora e membro desta comunidade venho realizando atividades comunitárias e exercendo minha função de pesquisadora. Contará também com relatos de lideranças desta comunidade.

Como uma das pioneiras para educação indígena no território, a aldeia Tibá está ativa desde 2004 desenvolvendo a educação específica e diferenciada. Uma educação repassada de geração em geração que conta com os filhos,

netos e bisnetos da matriarca Zabelê que deixou seu legado na educação indígena.

A aldeia Tibá está localizada dentro do Parque Nacional do Descobrimento, Prado – BA com 44,5 ha e se estende para áreas do INCRA delimitadas como terra indígena.

O Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê iniciou a partir da aldeia Tibá que para ser assistida pelo Estado da Bahia foi anexada ao Colégio da aldeia de Corumbauzinho no mesmo território, mas que havia iniciado a luta anteriormente. Após conseguir quantitativo de alunos os professores, iniciaram a busca pela independência da escola, fazendo documentos e viagens à Secretaria de Educação. Feito isto o anexo Tibá se tornou independente formando assim o atual Colégio Kijetxawê Zabelê.

As primeiras professoras foram Laurizete e Denilda, que embora contratadas pelo Estado não tinham assistência na base, tendo a mesma dificuldade que as demais comunidades, sem estrutura, experiência e materiais didáticos. As professoras tinham apoio da comunidade para lecionar de forma diferenciada assumindo a referência da própria cultura. Funcionando embaixo de ocas de palha, sombra de árvores e terreiro, passou muito tempo até a construção da Oca de Zabelê e da sala de aula em 2005.



*Figura 4: Oca de cultura da Zabelê.
Fonte: Arquivo autoral*

Atualmente está Oca é utilizada como sala de aula para a creche do anexo Tibá e residem duas filhas de Zabelê que tomam conta da cabana.



*Figura 5: Primeira sala de aula construída dentro da aldeia.
Fonte: Arquivo autoral*

Esta sala de aula se mantém na memória de todos como uma conquista de Zabelê, pois foi ela que lutou e buscou ajuda com os professores para a construção desta sala. A sala permanece do mesmo jeito desde quando foi construída apenas passando por reparos para mantê-la e funcionando para atender a turma multisseriada de 1º a 4º ano.

Atualmente o anexo tem aproximadamente 60 alunos, 6 professoras e 3 serviços gerais e apoio. Tendo as modalidades: creche, fundamental II e EJA.



Figura 6: Alunos da aldeia Tibá em apresentação cultural no dia da consciencia negra em 2017. Fonte: Arquivo autoral

Esta imagem acima é de um outro espaço do anexo da Escola Tibá, em área de retomada, onde era um antigo restaurante hoje funciona a educação

infantil, fundamental II e EJA. Colocar a escola em área de retomada é considerada uma estratégia de luta, a maior parte da escola se concentra neste espaço que tem uma história de resistência para a comunidade.

Atualmente outros anexos seguem o exemplo da Tibá, pelos ensinamentos de luta da Zabelê, o seu legado permanece vivo em cada comunidade que tem a Kijetxawe Zabelê.

3.2. Anexo Aldeia Monte Dourado



“A escola dentro da comunidade é como se fosse o coração da comunidade, tudo gira em torno da escola”.
(Professor Alex)

Figura 7: Professor indígena Alex dos Santos Pereira
Fonte: Arquivo autoral

As informações deste anexo foram feitas através de uma entrevista no dia 20 de julho de 2020 com o professor, jovem e liderança Alex dos Santos

Pereira, 40 anos, é nativo do território e pataxó, ele está na educação escolar indígena há 14 anos.

A aldeia indígena pataxó Monte Dourado está localizada dentro do Parque Nacional do Descobrimento – Prado – BA com 82,1 ha, desde 2009 através da liderança Lídio com as primeiras famílias, depois veio o Sr Antonio Pereira que foi cacique por algum tempo, e por último Dona Maria cacica, atualmente a gestão da aldeia é feita por uma comissão de cinco lideranças para facilitar a comunicação na comunidade.

Em 2010 passou ser anexo da Kijetxawê Zabelê para atender as famílias que ali residiam. O professor Alex que entrou na comunidade em 2013 relata que a aula era dada embaixo de uma cabana de palha e que com muito esforço da comunidade conseguiram construir uma sala, mas que ainda tem dificuldades pois a aldeia não tem energia e nem água encanada.

Monte Dourado é uma das aldeias que tiveram conflitos pela retomada na sobreposição do PND por gestores antigos que eram contra o movimento indígena. O professor Alex presenciou algumas limitações que as famílias tinham que sair da aldeia por motivo de segurança e as crianças ficavam sem estudar nesses períodos também. E que só minimizou com a criação do termo de compromisso já citado, tendo um bom resultado dentro das comunidades sobrepostas, um exemplo foi a construção de uma sala dentro da comunidade, pois antes não podiam ter construções e com o termo foi possível, sendo um avanço no território e na educação de qualidade.

Atualmente o anexo Monte Dourado tem cerca de 40 alunos que são dos anos iniciais e EJA, e três professores indígenas que se dividem entre uma oca de cultura e uma nova sala para realização das aulas.



*Figura 8: Professora Karina Bernardo com turma infantil dando aula em oca de cultura.
Fonte: Registro pessoal da professora Eloísa Pereira.*



*Figura 9: Alunos em nova sala construída.
Fonte: Registro pessoal da professora Eloísa Pereira*

Para o professor Alex, o professor na comunidade tem um papel importante, ele participa da agricultura, da formação da identidade de toda comunidade, todos esperam muito do professor indígena, como facilitador o professor precisa saber disso. Só assim para a educação continuar firme e forte, todos em conjunto.

3.3. Anexo Aldeia Dois Irmãos



Figura 10: Cacica Maria, aldeia dois irmãos.
Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada.

Quando fala Kijetxawê Zabelê vem de uma pessoa que convivi e aprendi lutar pelos meus direitos com ela, tudo isso que conquistamos foi luta dela, ela lutou pelos direitos de todos e eu agradeço a ela. (Cacica Maria, se referindo a anciã Zabelê)

As informações deste anexo foram feitas através de uma entrevista com Maria Cacica como gosta de ser chamada, em julho de 2020. Maria D'ajuda, 55 anos, nome indígena Ariã Pataxó, cacica, professora e presidente do conselho da saúde indígena de Prado.

Maria tem um papel importante para a terra indígena Comexatibá, conhecida entre muitos, pois viaja muito levando a cultura e em busca dos direitos do nosso povo. Ela relata que viajou logo quando começou as retomadas no território para dar visibilidade ao povo Pataxó, juntamente com Dona Neginha (Adelice) da Aldeia Tibá.

Uma história de força e superação, Maria chegou a se separar do marido por causa da luta pelo território, pois ele não aceitava que a mulher viajasse muito. Maria decidiu permanecer na luta. Foi cacica em outras comunidades, e decidiu ter sua própria aldeia, em 2010 retomou uma área juntamente com outras

famílias e fez sua casa no território sagrado que faz parte da TI Comexatibá, mas que sofre recorrentes ataques judiciais.

Desde a retomada a educação se dava de forma voluntária, as crianças estudavam em Cumuruxatiba ou em aldeias vizinhas. Em 2015 essa aldeia passou a ser anexo da Kijetxawê Zabelê pela demanda da comunidade, nesta área foi construída pela própria comunidade a sala de aula que atende alunos da educação infantil, fundamental I e EJA, atingindo cerca de 40 alunos tendo também alunos especiais, que contam com 3 professores e 1 apoio. A aldeia não possui luz elétrica e nem água encanada, tudo que tem na aldeia foi a comunidade que construiu com muito esforço. Mais uma vez a escola como estratégia de luta ganha forças na TI Comexatibá.



*Figura 11: Estudantes e professores em confraternização no anexo Dois Irmãos.
Fonte: Professora Josiele Santos Cruz*

3.4. Anexo Aldeia Alegria Nova

As informações deste anexo foram dadas através de entrevista feita em julho de 2020 com a liderança Welington de Oliveira Conceição da aldeia Alegria Nova.

Welington é uma jovem liderança que nasceu na luta pelo território, conta que sua avó Romilda e seu esposo Gentil foram uma das famílias que sofreram os impactos da empresa Brasil-Holanda, eles foram expulsos de suas terras ancestrais ficando à deriva sem terra para morar.

A aldeia Alegria Nova foi retomada em 2003 dentro do PND que hoje já faz parte da TI Comexatibá, os pioneiros Romilda, Gentil e seus filhos tiveram conhecimento dos seus direitos e foram para a luta, tanto pelo território, quanto por saúde e educação. Sendo assim a Alegria Nova foi um dos primeiros anexos da Kijetxawê Zabelê, fazendo parte de toda história e resistência da mesma.

Welington atualmente é vice-presidente da associação da comunidade e luta pela educação escolar indígena de qualidade para suas filhas. A professora Bruna Silva que leciona para uma das filhas de Welington, e relata sua experiência como professora indígena e seu autoreconhecimento como pataxó através da Kijetxawê Zabelê.



*Figura 12: Professora Bruna com sua turma multiseriada.
Fonte: Arquivo pessoal da professora Bruna.*

“Eu, Bruna Silva do Nascimento comecei a lecionar aos 18 anos no Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê, anexo Alegria Nova em uma turma multiseriada do 2° ao 5° ano. No começo da minha carreira enfrentei muitos desafios pensei até em desisti... Mas aqueles rostinhos pintados me motivavam e me surpreendia a cada dia. E a cada vivência em sala de aula fui percebendo que aquelas crianças tinham muito a me ensinar, uma cultura linda vinda dos seus anciões. E hoje tenho orgulho de dizer que me tornei uma pataxó por amor (...). (Bruna, professora, julho 2020. Fonte: entrevista realizada pela autora)



*Figura 13: Professora Bruna fazendo tinta de jenipapo com sua turma.
Fonte: Professora Bruna.*

3.5. Anexo Aldeia Kaí



“Quando eu entrei, foi luta pra mim (...) O meu quadro era o chão e a parede, o meu giz era carvão, pra contar era os araquá verde os palitinhos, eu usava o que tinha ali pra fazer as coisas acontecerem(...)” (Rita, professora, agosto 2020. Fonte: entrevista realizada pela autora)

*Figura 14: Professora e artesã Rita de Oliveira
Fonte: Arquivo pessoal da professora Rita*

A aldeia Kaí fez parte de toda história Kijetxawê Zabelê, com os netos, bisnetos e toda família Zabelê, esta aldeia é um grande exemplo de quando se trata da revitalização, da resistência e da ancestralidade Pataxó. Neste anexo foi entrevistada em agosto de 2020 a diretora da Kijetxawê Zabelê, Dona Rita que prefere ser chamada de professora Rita, além da sua função diz ser como todos os outros que ensinam e aprendem nessa luta.

Rita de Oliveira, nome indígena Luá Pataxó da aldeia Kaí, filha de Jovita uma das pioneiras juntamente com Zabelê, relembra o início das retomadas no território no qual diz se sentir envergonhada por na época não acreditar nos anciões que buscavam os seus direitos. Mas que se sente orgulhosa que através desta luta e se reconheceu como pataxó.

O anexo Aldeia Kaí se deu na divisão de membros da aldeia Tibá, surgindo outra demanda, sendo que os membros da Aldeia Kaí que retomaram outra área precisavam da escola para as suas crianças. Foi nesta época que a

professora Rita começou sua trajetória na Kijetxawê Zabelê, primeiramente voluntária e foi através da sua força de vontade que ela buscou meios para que o espaço se tornasse anexo da Kijetxawê Zabelê, para isso foi à Salvador várias vezes com documentos para abrir o anexo escolar.

Através do seu esforço conseguiu o seu contrato e de outros professores, se tornou Diretora pelo seu empenho em acompanhar as demais comunidades em reuniões do movimento em busca das demandas da escola e do território. Atualmente a professora Rita está desligada da Kijetxawê Zabelê, por descaso do Estado com a nossa categoria de professores indígenas, há anos não se tem concurso público. Ela não tem certeza se irá retornar, pois sente que já deixou seu legado, mas que permanece na luta.

A estudante do 1º ano do ensino médio no anexo Aldeia Kaí, Thiane Ferreira, bisneta de Zabelê já relata com propriedade o legado desta luta.



Figura 15: Estudante e bisneta de Zabelê – Thiane Ferreira
Fonte: Arquivo autoral

“O Colégio Kijetxawê pra mim representa a presença de Zabelê porque ela sempre quis deixar algo para seus netos e bisnetos então eu vejo a escola como o coração da minha bisavó que começou isso tudo que nunca queria deixar sua cultura acabar, essa escola ela pediu ao reitor da UNEB para tá ensinando as músicas, danças e artesanatos a seus filhos para dar continuidade a nova geração.” (Thiane Ferreira, bisneta de Zabelê. Fonte: entrevista realizada pela autora, julho/2020)

3.6. Anexo Aldeia Renascer

A aldeia Renascer é formada pelo povo Pataxó hã-hã-hãe que se encontrava nos arredores da região de Alcobaça-BA. Em busca dos seus direitos originários retomaram uma área na mesma região que havia plantio de eucalipto, as famílias retomaram com a intenção de produzir e ter um lugar para viverem. As informações deste anexo se deram através da entrevista com a professora Rita de Oliveira que acompanhou o processo para criação deste anexo na Kijetxawê Zabelê.

A professora conta que logo depois da retomada dos Pataxó hã-hã-hãe em abril de 2014, as lideranças da comunidade procuraram pela educação, pelo fato de estarem próximo á Teixeira de Freitas e o NTE 07 pertencer a Kijetxawê Zabelê. A situação e a demanda foram se agravando por recorrentes casos de preconceitos que os estudantes indígenas sofriam na ida para a escola não indígena em Alcobaça, chegando a passar por agressões físicas, diante disso os pais começaram a parar de mandar os filhos com medo do pior.

Em 2015 a aldeia se tornou anexo da Kijetxawê Zabelê, com aproximadamente 40 alunos. A partir daí eles passaram a lutar ainda mais pela permanência no território através da educação. A primeira sala de aula foi uma cabana de palha como relata a professora Rita, com muito esforço a comunidade construiu de tábuas um galpão aberto, onde funcionam duas salas, mas ainda sofrem com a falta de energia e água encanada.

As professoras Eliandes, Márcia e Tainá que é a cacica da comunidade enfrentam dificuldades em lecionar nessas condições, mas não desistem da educação de qualidade buscando sempre trocar experiências com os outros anexos através das formações, como os saberes indígena.



*Figura 16: sala de aula aldeia Renascer.
Fonte: Arquivo autoral, março 2020.*

Essa imagem foi tirada em março de 2020 antes da pandemia durante a visita da gestão Kijetxawê Zabelê para planejamento do início do ano letivo, o corpo docente estava esperançoso, pois com o início do acompanhamento pedagógico seria um novo caminho para educação indígena.



*Figura 17: Galpão escolar aldeia Renascer.
Fonte: Arquivo autoral*

A história de cada anexo e comunidade é a construção de uma linha do tempo de resistência, trazida por cada membro, liderança, ancião e criança, que

carregam consigo a ancestralidade de um povo, e que, a despeito de onde estiverem sempre irão lutar pelos seus direitos.

Os seis anexos mostram como é a realidade do território, que por não ser demarcado é esquecido pelas autoridades deixando o povo a própria sorte. O que essas comunidades têm em comum é a coragem e a força. Por muito tempo esperam e buscam pelos seus direitos, que embora estejam garantidos por leis, não conseguem acessar. Mas o povo Pataxó não espera de braços cruzados e faz acontecer, pois muito além das disciplinas escolares está o verdadeiro legado que é da revitalização e preservação da cultura.

No início da Kijetxawê Zabelê foi feito entre os primeiros professores e lideranças o projeto político pedagógico com todas as bases legais como a Constituição Federal (Artigos 206, 210 e 231), LDB (Artigos 3º, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 26, 78 e 79). Está garantido na LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) a elaboração do PPP da escola, mas são os sujeitos da escola que garantem a sua realização. Plano Nacional de Educação (Objetivo 8º), Resolução 03/CNE sobre Diretrizes Curriculares Nacionais (Artigos 1º, 3º, 5º, 8º e 10) e Convenção 169/OIT (Artigo 27).

Todas essas leis só descrevem o que os povos indígenas já fazem nas comunidades, atualmente esse PPP da Kijetxawê Zabelê está desatualizado, mas o corpo escolar trabalha em um só sentido, buscar sempre a especificidade e realidade do povo.

As aulas continuam sendo ministradas em rodas, no terreiro, numa nascente, e por mais que cada anexo tenha força de vontade para construir as suas próprias salas de aula, não se prendem a este padrão. A língua Pataxó é ensinada em todas as modalidades e a experiência de aprendizado se estende para toda a comunidade.

A Kijetxawê Zabelê foge de todos os padrões, tanto nas dificuldades quanto no aprendizado. Por muito tempo o Colégio não tinha acompanhamento pedagógico, mas os próprios professores sempre traçaram juntos o mesmo caminho, um orientando o outro e buscando sempre o melhor para a educação. Reúnem os anexos anualmente para jornada pedagógica, e no decorrer do ano letivo cada um desenvolve as atividades no seu anexo, mas sempre

compartilham os planejamentos com os demais, um processo de construção coletiva.

Houve mudanças através da nova gestão do PND que dialoga com o Colégio e o território, fazendo atividades pedagógicas que fortalecem ainda mais a educação diferenciada, o acordo firmado pelas instituições FUNAI e ICMBio já é citado como um grande marco de vitória na TI Comexatibá, relata a jovem liderança Welington:

Nesse processo de luta tivemos muitos avanços, conquista, e também muitas dificuldades. Em 2017 graças a Niamisun (DEUS) iniciou um outro processo só que dessa vez foi para se construir um acordo entre as aldeias de dentro do parque e o Icmbio, esse acordo foi chamado como termo de compromisso, graças a DEUS hoje temos paz. (Welliton, jovem liderança. Fonte: entrevista realizada pela autora jun/2020).



*Figura 18: Membros institucionais em apresentação cultural na aldeia Tibá.
Fonte: Arquivo autoral, abril de 2018.*

Além do acompanhamento das atividades escolares as instituições passaram a realizar encontros de jovens, cursos e formações para todos. O acordo vigente também abriu caminhos para que outras instituições pudessem ajudar na luta.

No início do ano de 2020 foram traçadas metas para um novo caminho, dentre elas a revisão do PPP, calendário e grade curricular, o que ficou acordado juntamente com a gestão escolar será um sonho de um futuro bem próximo, onde as conexões entre os anexos sejam ainda melhores e maiores.

O calendário escolar é o mesmo para todas as escolas estaduais indígenas da região de Prado-BA, mas sofre alterações no decorrer do ano letivo se adequando a realidade e especificidade de cada comunidade. A grade curricular por sua vez tem a disciplina de língua indígena (patxohã) que suporta em duas aulas por semana, mas com a autonomia dos professores se estendem a outras disciplinas e espaços. São esses os desafios que são enfrentados no dia a dia do Colégio.

Atualmente estamos enfrentando esta pandemia causada pelo vírus COVID-19 e o ambiente escolar voltou para as roças matinais, espaço no qual os pais precisam levar seus filhos como antigamente que não tinha a escola. A grande desigualdade que já era sofrida na educação indígena agora se estende aos meios de subsistência do dia a dia de cada comunidade.

Muitos professores aplicam atividades nos cadernos dos alunos, alguns são atendidos virtualmente, mas o que se tem feito por todos através desta pandemia é o reavivamento da cultura, dos costumes, das crenças, cada comunidade cuidando da sua espiritualidade e é assim que vamos vencer mais uma batalha.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste percurso acadêmico me possibilitou entender o início da educação escolar indígena na Terra Indígena Comexatibá – Prado/Ba, especificamente na construção do Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê. Com isso pude perceber que o território e a escola se relacionam em todos os aspectos com a luta do povo Pataxó de Prado e ainda mais sobre ser um legado da matriarca em memória Zabelê (Luciana Ferreira).

A pesquisa autoetnográfica fez com que eu pudesse ver de perto a realidade atual dos anexos do Colégio estudado. Assim se tornou ainda mais relevante para o meu crescimento pessoal e profissional, vivenciando o dia a dia do corpo escolar e comunidade, pois a partir deste percurso resgatei minha ancestralidade Pataxó.

A Kijetxawê Zabelê na sua construção serviu para a formação de grandes lideranças que antes não se reconheciam Pataxó e foi através da conquista da escola que passaram a conhecer seus direitos e lutar por eles, este fator evidencia a importância do objeto pesquisado para toda TI Comexatibá, ressaltando e colocando em prática ainda mais as bases legais da educação escolar indígena.

O objetivo desta pesquisa foi alcançado em todos os seus âmbitos, tendo como resultado a criação de uma linha do tempo pedagógica em forma de espiral que servirá para pesquisas futuras para a nova geração da Kijetxawê Zabelê, tendo seu formato espiral para que a luta seja desenrolada e sempre em seu processo construtivo juntamente com o movimento do povo Pataxó.

ANEXO I: CRONOLOGIA KIJETXAWÊ ZABELÊ

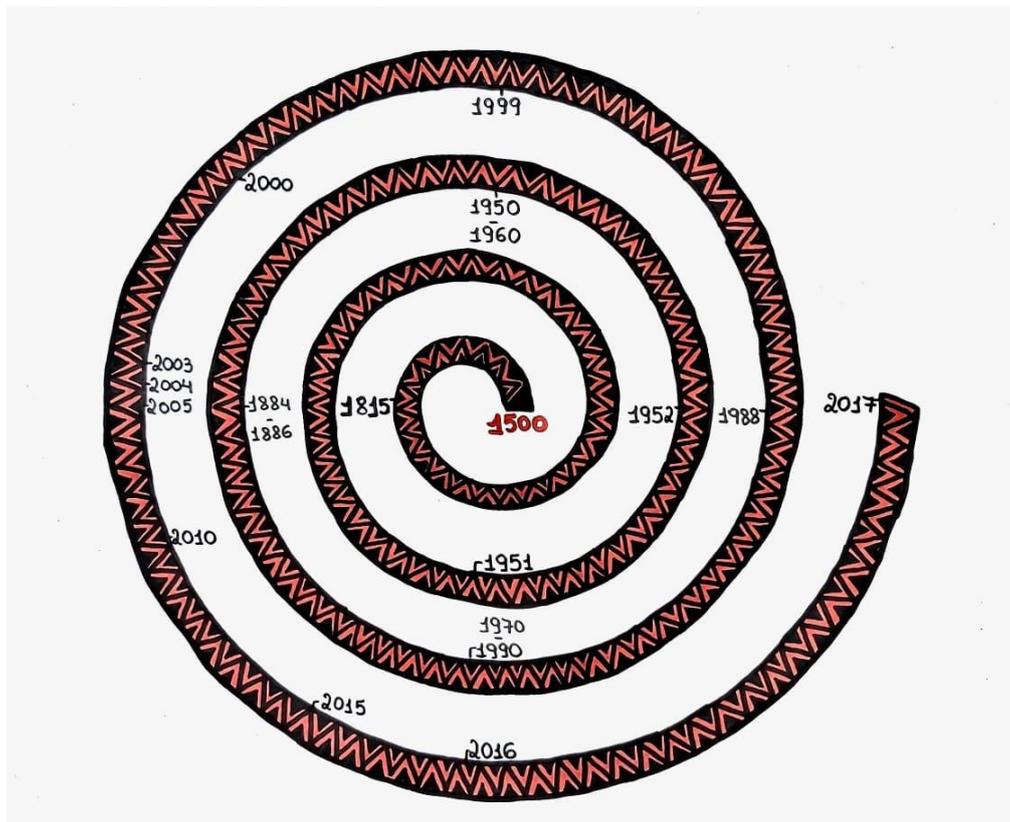


Figura 19: Cronologia Kijetxawê Zabelê Fonte: autoral

Legenda:

1500 – Invasão dos portugueses

1815 – Passagem do príncipe Maxmiliano, que registra a presença dos Pataxó no território.

1951 – Fogo de 51 Massacre dos Pataxó em Barra Velha.

1952 – Chegada da empresa Bralanda, aumento do desmatamento.

1950 - 1960 – Construção da BR-101.

1884 - 1886 – Exploração da areia monazítica em Cumuruxatiba.

1988 - Reconhecimento dos povos indígenas do Brasil na Constituição de 1988.

1970 - 1990 – Silenciamento do povo pataxó por perseguição, violências, mortes.

1999 – Criação do Parque Nacional do Descobrimento.

2000 – Início do processo de retomada do território Comexatibá.

2003 – Início dos conflitos com o ICMBio.

2004 – Criação da Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê.

2005 – Anexo Tibá; Anexo Alegria Nova; Anexo Kai; Anexo Pequi.

2010 – Anexo Monte Dourado.

2015 – Anexo Dois Irmãos; Anexo Renascer.

2016 – Criação do Colégio Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê, com a inserção do Ensino Médio.

2017 – Fim dos conflitos com ICMBio, firmado termo de compromisso e nova gestão.

Essa cronologia foi inspirada no modo de viver Pataxó, seguindo a tradição dos movimentos circulares nos rituais e em outras práticas tradicionais do povo. Uma simbologia da evolução do movimento pataxó na Terra Indígena Comexatibá que, através do ponto inicial (1500) marcado pela invasão dos portugueses no território dos Pataxó. Desde então vieram muitas lutas e, conforme o povo foi resistindo, foram se afastando desse ponto inicial, trazendo as vitórias do movimento. Neste caso, a retomada do território foi crucial para o desenrolar dessa espiral.

A história do Colégio Kijetxawê Zabelê se mistura na luta do território e a cada conquista o povo vai avançando, assim como essa espiral que tem efeito perpétuo e que pode continuar a ser traçada por futuras gerações.

ANEXO II: MÚSICA PATAXÓ

Diga ao povo que avance

Diga ao povo que avançaremos

Para defender nossa nação, vamos
todos dar as mãos

Diga ao povo que avance

Diga ao povo que avançaremos

Para defender nossa nação, vamos
todos dar as mãos

Nós somos índios Pataxó

Somos da nova geração

Nossos antepassados morreram
para defender a nossa nação

O senhor o presidente libera a nossa
terra

A nossa aldeia está sofrendo, nós
precisamos da nossa terra

Diga ao povo que avance

Diga ao povo que avançaremos

Para defender nossa nação, vamos
todos dar as mãos

Nós somos índios Pataxó

Somos da nova geração

Nossos antepassados morreram
para defender a nossa nação

O senhor o presidente libera a nossa
terra

A nossa aldeia está sofrendo, nós
precisamos da nossa terra

!Awêry

ANEXO III: FOTOS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DA KIJETXAWÊ ZABELÊ

Figura 20: Estudantes em apresentação cultural no dia da celebração do termo de compromisso. (Arquivo autoral)



Figura 11: Grupo de cantoras jovens do ensino médio que compõe músicas em patxohã. (Arquivo autoral)



Figura 22: Mesa de artesanato feita por estudantes para o dia 19 de abril. (Arquivo autoral)



Figura 23: Passeata sobre a dengue com estudantes na vila de Cumuruxatiba. (Arquivo autoral)



Figura 24: Estudantes do anexo Kaí em aula de campo na nascente de um rio. (Fonte: Professor Perisvaldo)



Figura 25: Estudantes em plantio no anexo Dois Irmãos. (Fonte: Professora Josiele)

REFERÊNCIAS / FONTES

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL, MEC. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. **SEF/MEC. Brasília**, 1998.

FEDERAL, Senado. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 2005.

SOTTO-MAIOR, Leila S. B.; GAIA, S. B. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy-Pequi)**. Funai, Brasília, 2013.

SILVA, A. L. da. **A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares**. In: Silva, Aracy Lopes da e Ferreira, Mariana Kawall Leal. Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. p. 9-25.

VERONEZ, Helânia Thomazine Porto. **As escolas indígenas das aldeias de Cumuruxatiba (BA) e a reconstrução da identidade cultural Pataxó**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Universidade São Marcos, UNIMARCO.